



ASSESSORIA JURÍDICA – PARECER N.º 76/2025

Processo: 2269/2025 – PR 21/2025

Autoria: Ruan Carlos Mineiro Marcelino

Solicitante: Secretaria Legislativa

Ementa: PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO. TÍTULO HONORÁRIO DE CIDADÃO PARATYENSE. LEGALIDADE CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA DAS RECOMENDAÇÕES.

1. Relatório

Trata-se de solicitação de parecer jurídico encaminhado a esta Procuradoria referente ao Projeto de Resolução n.º 21/2025, que “*dispõe sobre a concessão de Título Honorário de Cidadão Paratyense ao senhor Edmilson Lopes Valverde*”. O projeto foi protocolado no dia 08/12/2025, sendo acompanhado de: i) justificativa escrita, que contém histórico do homenageado; ii) termo de concordância; iii) três declarações de idoneidade; iv) carta de recomendação da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Taquari - AMPRUT. Consta nos autos que o projeto foi regularmente lido em Plenário, bem como que encaminhado ao Departamento Jurídico no dia 11/12/2025. É o relatório.

2. Fundamentação

Inicialmente, destaco que o parecer jurídico é manifestação técnica de caráter consultivo e opinativo, destinado a assegurar constitucionalidade, juridicidade e técnica normativa das proposições legislativas, conferindo segurança institucional às atividades do Parlamento, respeitada a competência das Comissões Regimentais e a soberania do Plenário para análise e deliberação a respeito do mérito, na forma do art. 110 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraty – Resolução n.º 432/2024¹.

Logo, o exame jurídico se limitará as questões de ordem jurídica quanto à constitucionalidade e à legalidade da proposição, sem adentrar nas razões que a motivaram ou de sua relevância social, que não podem ser objeto de análise desta

¹ Artigo 110. Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.



Procuradoria já que pertencentes ao campo da política, cuja competência é exclusiva dos membros e comissões do Poder Legislativo.

Cabe à Câmara Municipal a competência privativa para conceder Título de Cidadão Honorário, conforme prevê o art. 32, inc. XVI, da Lei Orgânica².

Vale lembrar que o Título Honorário de Cidadão Paratyense é regulamentado pelos arts. 345 e seguintes do Regimento Interno e pela Resolução n.º 262/2015.

Alerta-se que há falha no Regimento Interno a respeito da espécie normativa. O art. 345 menciona o decreto legislativo; por outro lado, o art. 218, parágrafo único, inc. XI, insere no rol de matérias submetidas à resolução. Muito embora a doutrina majoritária entenda que o decreto legislativo seja o instrumento correto, considerando a previsão expressa do art. 218, parágrafo único, inc. XI, do Regimento Interno³, entende-se que a via eleita é adequada.

Verifica-se que foi apresentada biografia da pessoa que se pretende homenagear, em conformidade com o art. 346 do Regimento Interno⁴. Porém, não consta nos autos declaração de que o homenageado não exerce cargo ou funções executivas, eletivas ou por nomeação, sendo recomendada a juntada visando superar a vedação do art. 345, §1º, do Regimento Interno⁵.

Os requisitos formais expressos no parágrafo único do art. 2º da Resolução n.º 262/2015 encontram-se supridos, uma vez que:

- I. Consta nos autos que o homenageado é natural de Guidoal-MG;
- II. Apresentado histórico contendo os feitos do agraciado e os vínculos estabelecidos com a comunidade;
- III. Apresentada carta de recomendação da AMPRUT;
- IV. Apresentadas cartas de idoneidade subscrita por três cidadãos, quais sejam, Luis Claudio Assis da Silva, Eduarda dos Santos Leite e Amanda Silva de Andrade;

² Art. 32 – Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras: [...] XVI – conceder Título de Cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante **proposta pelo voto de 2/3 (dois terços)** dos membros da Câmara;

³ Artigo 218. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara. Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de resolução, entre outros: [...] XI. Concessão de Título Honorário de Cidadania Paratyense e, qualquer outra honraria ou homenagem;

⁴ Artigo 346. O projeto de concessão de título honorífico, deverá ser subscrito pelo autor e, observadas as demais formalidades regimentais, vir acompanhado, como requisito essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

⁵ Artigo 345. Por via de projetos de decreto legislativo, aprovados em discussão e votação únicas, no mínimo por 2/3 (dois terços) de seus membros, a Câmara poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no País, comprovadamente dignas da honraria. § 1º. É vedada a concessão de títulos honoríficos a pessoas no exercício de cargos ou funções executivas, eletivas ou por nomeação.



V. Consta nos autos que o homenageado nasceu em 1976, logo, possui a idade mínima;

VI. Consta nos autos que no ano de 1997 mudou-se para o Município;

VII. Apresentado termo de concordância do homenageado para o recebimento do Título Honorário.

Alerta-se, desde já, que nos termos do parágrafo único do art. 347 do Regimento Interno⁶, o Vereador poderá figurar apenas uma vez, por sessão legislativa, como signatário de projeto de concessão de honraria. Com isso, recomenda-se que seja verificado se o autor do projeto já foi signatário de outra honraria no decorrer desta sessão legislativa.

No tocante à técnica legislativa, a redação do projeto apresenta razoável clareza, bem como estrutura compatível com os preceitos da Lei Complementar n.º 95/98 e art. 219 do Regimento Interno.

Ressalta-se que o art. 32, inc. XVI, da Lei Orgânica e o art. 112, inc. II, “e”, do Regimento Interno⁷, submetem a aprovação da honraria ao quórum de maioria qualificada (2/3 dos membros da Edilidade).

Por fim, no que diz respeito ao aspecto material, inexistente óbice jurídico à tramitação.

3. Conclusão

Diante do exposto, nos termos do artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraty⁸, destacada a natureza não vinculante deste parecer jurídico, desde que cumpridas as recomendações, opino pela constitucionalidade e legalidade do projeto de resolução n.º 21/2025. É o parecer, salvo melhor juízo.

Paraty-RJ, 15 de dezembro de 2025.

Gustavo Felliipe dos Santos Oliveira

Procurador Jurídico

⁶ Artigo 347. [...] Parágrafo único. Em cada sessão legislativa, cada Vereador poderá figurar, no máximo, por 01 (uma) vez como signatário de projeto de concessão de honraria.

⁷ Artigo 112. O Plenário deliberará: [...] II. Por maioria qualificada sobre: [...] e) Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem.

⁸ Artigo 77. Todo projeto deverá ser encaminhado ao órgão jurídico da Casa que terá o prazo máximo de 07 (sete) dias para exarar o parecer de forma expressa quanto a sua legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhados após seu parecer, para a Comissão de Justiça, Constituição, Redação, Obras e Serviços Públicos, que disporá de 10 (dez) dias para se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 310033003500390033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Gustavo Fellipe dos Santos Oliveira** em 15/12/2025 10:33

Checksum: **C1CA161B4AC21B0E4E8CB4872214D012F2043DC11509C04331FEE93E86226D55**